

Provas do concurso da PM estão mantidas pelo TCE

Estão mantidas as provas do concurso público da Polícia Militar do Amazonas, que acontecem no próximo domingo (6). Na quinta-feira (3), o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) revogou medida cautelar que suspendia o certame. A medida se deu após defesa protocolada pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM) e Procuradoria Geral do Estado (PGE-AM).

Em sua decisão revogatória, o conselheiro Ari Jorge Moutinho disse que todos os pontos levantados no processo que embasou o pedido de suspensão do edital foram esclarecidos pela PGE e PM, e por isso, a medida cau-



Divulgação

Concurso da Polícia Militar foi mantida pelo Tribunal de Contas do AM

telar seria suspensa.

Um dos pontos principais era relacionado às vagas destinadas a Pessoas com Deficiência. Conforme esclareceu a PGE, a Polícia Militar possui lei específica de ingresso, a Lei nº 3498/10, que deve ser utilizada como parâmetro.

Mais de 1300 vagas

O concurso público para a PM do Amazonas corrige uma distorção histórica de déficit na corporação. São 1350 vagas, sendo mil para aluno soldado (nível médio); 320 para aluno oficial (nível superior); e 30 vagas para aluno oficial de saúde (nível superior).

Os soldados e oficiais da Polícia Militar trabalharão em contato cotidiano com o público, em equipe, sob supervisão, em ambiente de trabalho que pode ser fechado, a céu aberto ou em veículo automotor, em horários diversos (diurno, noturno e em rodízios de turnos). Atuar em condições de pressão e de risco de morte fará parte de sua rotina de trabalho.

Pedido anterior

Após receber representação solicitando análise de possíveis irregularidades no certame, o conselheiro Ari Moutinho Júnior solicitou informações e justificativas da Polícia Militar no dia 21 de janeiro.

No entanto, o órgão não apresentou respostas sobre diversas irregularidades apontadas, o que arrastou o processo de regularização do concurso, resultando na suspensão tardia do certame.

Curso de Capacitação a Conselheiros Tutelares do Madeira

Conselheiros Tutelares dos municípios de Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Apuí e Borba, receberão de forma simultânea, no sábado (5), a terceira etapa do curso de capacitação EAD para Conselheiros Tutelares do estado, que já alcançou 25 municípios das Calhas do Baixo e Médio Amazonas e Baixo e Médio Solimões em 2021.

A iniciativa é coordenada pela Comissão de Promoção e Defesa da das Crianças, Adolescentes e Jovens da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), presidida pelo deputado estadual Álvaro Campelo (Progressistas), e alcançará de forma simultânea todos os municípios da Calha do Madeira, por meio do Centro de Mídias da SEDUC nos turnos matutino e vespertino no dia 05/02 (sábado), a partir

das 8h, e terão como municípios polos as cidades de Manicoré e Humaitá.

Os cursos serão ministrados por especialistas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), Ministério Público (MP-AM), Delegacia Especializada em Apuração de Ato Infracionais (DEAAI) e Aldeias Infantis SOS, visando a dar suporte à Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes, uma vez que foi registrado um total de 1680 ocorrências de roubo, furto e ameaça como os crimes mais cometidos contra crianças e adolescentes em Manaus de janeiro a outubro de 2021. Dados disponíveis no site da SSP-AM (Secretaria de Segurança Pública do Amazonas) mostram que foram registradas, respectivamente, 941, 373 e 366 vítimas de ocorrências desses tipos

ano passado.

O deputado Álvaro Campelo explicou que o objetivo do projeto é alcançar todos os 62 municípios até o fim de 2022. "É preciso que, cada vez mais, se fortaleça a Rede de Proteção, em especial no interior do estado, e que se possa contar também com a denúncia da própria sociedade para que essa violência, que em grande parte acontece dentro da própria casa, possa ser combatida. É por isso que, além da capacitação, estamos estruturando alguns Conselhos, com carros, lanchas e equipamentos, como computadores, por meio de emendas parlamentares, para que eles possam efetivamente desempenhar o seu papel de defesa dos direitos das crianças e adolescentes", destacou o parlamentar.



Reprodução

Os cursos serão ministrados por especialistas do TJAM